



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Técnico Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'H08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**P R O V A**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 6 baseiam-se no texto abaixo.

*Os jogos preservam o aspecto mais sutil da cultura. Com as artes, técnicas, ciências, religiões, eles indicam o refinamento ou o atraso de uma sociedade, com frutos políticos imediatos. É impensável a democracia ateniense sem as maneiras de exercitar o corpo e a mente praticadas pelos jovens guerreiros, depois cidadãos soberanos. A ética, disciplina hoje confundida com um sistema abstrato de valores, na Grécia começava no aprimoramento corporal. Para enfrentar os inimigos, ou deles fugir com honra, era necessário bem usar o corpo. A postura correta na batalha, que se aprendia na tenra idade, decidia a vitória. Com o tempo, o que era somático foi traduzido (por metáfora) à mente. A pessoa que aprendeu a bem jogar com o corpo e a alma tem condições éticas de exercer a cidadania com maior vigor.*

*Os jogos servem, desde longa data, para pensar fenômenos complexos como a guerra, a economia, a política. No século XVII, em que a razão de Estado se firmou, Blaise Pascal reconstruiu, a partir do jogo, a moralidade, a política, a teologia. Só Deus joga com absoluta certeza. E ganha sempre. No caso humano, tudo é incerto, sobretudo no campo das leis e da política. Tal antropologia, que hoje volta a ser assunto de interesse filosófico e político, é nuclear na história do pensamento moderno. Nela, importa a ideia do cálculo como elemento básico da política, plataforma da razão de Estado. O governante que sabe calcular as suas oportunidades e as de seus inimigos tem condições de, pelo menos, desrespeitar sem muitos prejuízos as regras normais da diplomacia ou de política interna.*

*Não por acaso Raymond Aron compara o trato internacional à estrutura do football association. Em primeiro plano, é preciso ver quantos jogadores são necessários, quais meios lícitos são facultados. Depois vem o modo pelo qual eles se distribuem em campo, como unem esforços e desarticulam o adversário. Tais pontos são primários. Ademais, temos o virtuosismo técnico e a qualidade moral dos jogadores, que não raro decidem campeonatos. Finalmente, o árbitro interpreta as regras e aplica as penalidades.*

*À diferença do futebol, diz Aron, as relações internacionais, movidas pelas armas e pela diplomacia, não são determinadas com precisão. Sua complexidade aumenta no acúmulo de interesses e na vontade de predomínio que nenhum estado pode abandonar, pois ali residem a segurança e a sobrevivência para seu povo. É nesse ponto que, julgo, o grande pensador deixa de lado um elemento vital do futebol e do jogo político. Penso na torcida e nos sócios dos clubes. E nos militantes que asseguram a força das agremiações políticas. Sem torcedores não existe futebol. Sem militância, somem os coletivos dedicados à ordem pública.*

(Roberto Romano. **O Estado de S. Paulo**, A2, Espaço Aberto, 5 de março de 2011, com adaptações)

1. É correto afirmar:
  - (A) Os dois autores citados defendem opiniões divergentes quanto às condições em que se desenvolvem as relações entre governantes na defesa dos interesses de suas nações, concordando apenas em que esses governantes possam apelar tanto para a guerra quanto para a diplomacia.
  - (B) A preparação, essencial para a disputa esportiva, torna-se dispensável, por vezes, no jogo diplomático, devido às incertezas que cercam as relações entre os países na tentativa de auferir o maior número possível de vantagens.
  - (C) A incerteza que caracteriza habitualmente as ações humanas leva a um comprometimento das relações diplomáticas entre autoridades de diferentes nações, pois cada uma delas tem seus próprios interesses, que devem ser defendidos a qualquer preço.
  - (D) O desenvolvimento do assunto se faz pela associação entre jogos e política, com seus recursos e técnicas, levando-se ainda em conta o acaso que rege os múltiplos interesses dos envolvidos na situação a ser decidida.
  - (E) A imprecisão que permeia as tensões existentes nas relações entre países e os interesses imediatos de seus governantes compromete a dinâmica do jogo político que, diferentemente do futebol, não se atém a regras predeterminadas.
2. Fica evidente uma opinião do próprio autor do texto ao
  - (A) considerar a relatividade das decisões obtidas pela diplomacia nas negociações entre países, devido às incertezas que cercam o comportamento humano.
  - (B) assinalar a importância do coletivo, representado pelos torcedores, no caso do futebol, e pela militância, no jogo político.
  - (C) constatar que as regras que norteiam o andamento de um jogo de futebol podem e devem ser aplicadas ao funcionamento do jogo político internacional.
  - (D) reconhecer os valores da democracia ateniense baseados nos embates esportivos, que exigiam preparo físico e mental dos jovens.
  - (E) aceitar as razões de alguns autores que veem íntima correlação entre as regras do futebol e as normas que regulam os acordos diplomáticos.
3. As duas últimas afirmativas do texto constituem
  - (A) síntese conclusiva das ideias expostas no parágrafo.
  - (B) realce das considerações sobre o valor dos jogos na Grécia antiga.
  - (C) retomada das ideias do autor citado no parágrafo.
  - (D) apresentação de argumentos contrários ao contexto.
  - (E) constatação de que as regras esportivas se refletem no jogo político.



4. No 2º parágrafo defende-se a seguinte ideia:
- (A) Um governante não só pode, como deve, lançar mão de todos os recursos à sua disposição, mesmo que tragam eventuais prejuízos às relações entre países com interesses mútuos.
- (B) O pensamento moderno se apoia em uma concepção política de base religiosa, que pressupõe convicção na perfeição divina, e inevitavelmente toma as decisões sempre mais acertadas.
- (C) A presença do corpo diplomático, necessário para a construção de um jogo político com resultados satisfatórios para as nações envolvidas, tornou-se atualmente elemento básico para os governantes.
- (D) Torna-se necessária e aceitável, muitas vezes, a imposição de convicções com uso da força, no caso de não haver possibilidade de consenso entre os governantes envolvidos no jogo diplomático.
- (E) O governante, movido por razões de Estado, deve estar preparado para calcular as melhores possibilidades de ganho para seu país ao tomar suas decisões políticas.

5. As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas em:

- (A) A vontade maior de governantes autoritários se opõem ao sistema democrático de governar, baseado no respeito à voz dos cidadãos e na aplicação da justiça.
- (B) Não é permitido alterações nas regras de um jogo já iniciado, inclusive na política, devendo os que dele participa considerar os interesses da maioria dos cidadãos.
- (C) Em um jogo, ainda que tenha importância a integração de todos os atletas, sobressaem os talentos individuais, que podem definir o resultado final da partida.
- (D) Em toda prática esportiva, assim como na política, torna-se necessário os esforços de todos os envolvidos para que sempre se alcance os objetivos previstos.
- (E) A variada gama de interesses de povos e nações devem ser consideradas na ocasião de se firmar os acordos diplomáticos entre governantes.

6. *Para enfrentar os inimigos, ou deles fugir com honra...* (1º parágrafo)

O verbo empregado com a mesma regência do grifado acima está em:

- (A) *Os jogos preservam o aspecto mais sutil da cultura.*
- (B) *Penso na torcida e nos sócios dos clubes.*
- (C) *Só Deus joga com absoluta certeza.*
- (D) *... pois ali residem a segurança e a sobrevivência para seu povo.*
- (E) *Tais pontos são primários.*

**Atenção:** As questões de números 7 a 9 baseiam-se no texto abaixo.

*Numa dessas anotações que certamente contribuíram para lhe dar a reputação de grande fotógrafo da existência humana em sua época, Stendhal observou que a Igreja Católica aprendeu bem depressa que o seu pior inimigo eram os livros. Não os reis, as guerras religiosas ou a competição com outras religiões; isso tudo podia atrapalhar, claro, mas o que realmente criava problemas sérios eram os livros. Neles as pessoas ficavam sabendo coisas que não sabiam, porque os padres não lhes contavam, e descobriam que podiam pensar por conta própria, em vez de aceitar que os padres pensassem por elas. Abria-se para os indivíduos, nesse mesmo movimento, a possibilidade de discordar. Para quem manda, não pode haver coisa pior – como ficou comprovado no caso da Igreja, que foi perdendo sua força material sobre países e povos, e no caso de todas as ditaduras, de ontem, de hoje e de amanhã. Stendhal estava falando, na sua França de 200 anos atrás, de algo que viria a evoluir, crescer e acabar recebendo o nome de "opinião pública". Os livros ou, mais exatamente, a possibilidade de reproduzir de forma ilimitada palavras e ideias foram a sua pedra fundamental.*

(J.R.Guzzo. **Veja**, 3 de agosto de 2011, p. 142)

**Stendhal** – escritor francês (1783-1842) que valorizava o perfil psicológico das personagens.

7. Segundo o texto,

- (A) a livre e ampla divulgação do conhecimento resulta naquilo que se entende por "opinião pública", reflexo do acesso à informação e do desenvolvimento do espírito crítico.
- (B) Stendhal foi o criador do termo "opinião pública", para se referir à atuação da Igreja Católica na França quanto ao controle da divulgação do conhecimento, o que em sua época era feito pelos padres.
- (C) a grande força da Igreja Católica, em todos os tempos e lugares, se deve à educação esmerada recebida pelos padres, única fonte do conhecimento transmitido aos fiéis.
- (D) a competição pelo poder é marcada, há alguns séculos, pela oposição entre valores políticos, relativos aos reis, e religiosos, especialmente quanto à atuação da Igreja Católica em todo o mundo.
- (E) escritores de todas as épocas, como Stendhal, aprofundaram-se na discussão de problemas da sociedade de seu tempo e, por consequência, voltaram-se para a análise do poder que a Igreja sempre manteve sobre os governantes.



**Atenção:** Para responder às questões de números 8 e 9, considere o segmento transcrito a seguir:

*Os livros ou, mais exatamente, a possibilidade de reproduzir de forma ilimitada palavras e ideias foram a sua pedra fundamental. (final do texto)*

8. A expressão grifada acima refere-se
- (A) ao início da contestação às ditaduras.
  - (B) à discordância das ideias alheias.
  - (C) ao surgimento da opinião pública.
  - (D) à facilidade de reprodução de informações.
  - (E) à diminuição do prestígio da Igreja Católica.
9. A expressão *mais exatamente* assinala, no contexto,
- (A) ressalva quanto à influência atribuída aos livros.
  - (B) redução de uma informação já apresentada.
  - (C) repetição que restringe uma opinião anterior.
  - (D) explicação importante para a clareza da exposição.
  - (E) especificação relativa à divulgação do conhecimento.
10. As normas de redação dos documentos oficiais estão inteiramente respeitadas em:
- (A) Devemos informar a V. Exa., com a máxima exatidão o que vem acontecendo nas nossas unidades de prestação de serviços a esta comunidade, criando então problemas de reclamações que não podemos atender.
  - (B) Nos dirigimos, com todo respeito, à V. Exa., para informar que estamos providenciando mudanças em nossa sede, no sentido de atender essas pessoas em condição melhor e assim evitar as frequentes queixas que chegam a V. Exa.
  - (C) Para que V. Exa. fiqueis sabendo, é nosso dever informar-vos, nossa equipe de atendimento ao público vem desenvolvendo esforços no sentido de bem encaminhar as solicitações que nos enviam.
  - (D) Dirigimo-nos a V. Exa. para esclarecer os fatos que deram origem às queixas enviadas a esse órgão e informar as providências que estão sendo tomadas quanto à qualidade e à agilidade na prestação de nossos serviços.
  - (E) É com a devida atenção que enviamos à esse órgão superior, as informações que necessitam para V. Exa. mandar realizar algumas alterações em nosso serviço, o qual precisa ser remodelado para atender com maior presteza o público.

### Noções de Informática

11. Adquirir um disco magnético (HD) externo de 1 TB (*terabyte*) significa dizer que a capacidade nominal de armazenamento aumentará em
- (A)  $1000^3$  bytes ou  $10^9$  bytes.
  - (B)  $1000^4$  bytes ou  $10^{12}$  bytes.
  - (C)  $1024^3$  bytes ou  $2^{30}$  bytes.
  - (D)  $1024^4$  bytes ou  $2^{40}$  bytes.
  - (E)  $1024^3$  bytes ou  $16^8$  bytes.
12. No *BrOffice.org Writer*, versão 3.2, o botão que mostra ou oculta os caracteres não imprimíveis no texto é exibido normalmente na barra de ferramentas
- (A) padrão.
  - (B) de formatação.
  - (C) de objeto de texto.
  - (D) de controles de formulários.
  - (E) de marcadores e numeração.
13. A barra de fórmulas do *BrOffice.org Calc*, versão 3.2, NÃO contém
- (A) o ícone da função de soma.
  - (B) o ícone do assistente de funções.
  - (C) o ícone que exhibe a visualização de página.
  - (D) uma caixa de nome de células ou intervalo.
  - (E) uma linha de entrada de fórmulas.
14. Para fazer uma pesquisa na página ativa do navegador *Mozilla Firefox 8.0*, selecione no menu
- (A) Editar a opção Visualizar.
  - (B) Exibir a opção Selecionar.
  - (C) Editar a opção Selecionar.
  - (D) Exibir a opção Localizar.
  - (E) Editar a opção Localizar.



**Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral  
do Estado do Ceará**

15. Nas sessões solenes do Tribunal tomará assento à direita do presidente o

- (A) Procurador Geral de Justiça.
- (B) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) Governador do Estado.
- (D) Procurador Geral do Município.
- (E) Presidente da Câmara dos Vereadores.

16. Nos casos omissos, serão fontes subsidiárias deste Regimento, os Regimentos de outros Tribunais, na seguinte ordem:

- (A) Tribunal Superior Eleitoral, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Tribunal Superior Eleitoral, Supremo Tribunal Federal e Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Justiça do Estado.
- (D) Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral.

17. O TRE-CE, com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado, compõe-se como previsto na Constituição Federal brasileira. NÃO podem fazer parte do Colegiado cônjuges, companheiros(as) ou pessoas que tenham entre si parentesco consanguíneo ou afim, até o

- (A) quarto grau, excluindo-se, nesta hipótese, a que possuir maior grau de parentesco.
- (B) segundo grau, excluindo-se, nesta hipótese, a que tiver sido escolhida por último.
- (C) segundo grau, excluindo-se, nesta hipótese, a que possuir maior grau de parentesco.
- (D) terceiro grau, excluindo-se, nesta hipótese, a que possuir maior grau de parentesco.
- (E) terceiro grau, excluindo-se, nesta hipótese, a que tiver sido escolhida por último.

**Noções de Arquivologia**

18. Relatórios, programas e projetos são exemplos de

- (A) suportes físicos.
- (B) fundos arquivísticos.
- (C) espécies documentais.
- (D) técnicas de registro.
- (E) gêneros documentais.

19. A tabela de temporalidade é instrumento utilizado

- (A) no controle da expedição de documentos.
- (B) na organização dos documentos em estantes e prateleiras.
- (C) na restauração de documentos deteriorados.
- (D) no processo de destinação dos documentos.
- (E) na distribuição dos documentos por assunto.

20. No Departamento de Recursos Humanos de uma instituição, há pastas correspondentes aos seguintes funcionários:

- a. João Manuel de Souza
- b. Luiz Alberto de Sousa
- c. Maria Regina da Silva
- d. José Dias Silva
- e. Doroti Silveira
- f. Sérgio Sampaio
- g. Carlos Souza Silva

Se tais pastas forem submetidas a ordenação alfabética, sua disposição correta será

- (A) f, g, d, c, e, b, a.
- (B) f, c, b, d, a, c, g.
- (C) b, d, a, c, f, e, g.
- (D) g, e, f, c, a, d, b.
- (E) g, b, a, d, c, e, f.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Cassio é corredor de maratona e obteve informações de que a Diretoria da Associação dos Maratonistas OIBBTRVH desviou verbas, desfalcando o caixa e prejudicando as atividades da Associação, que não teve recursos para honrar os compromissos junto aos fornecedores e funcionários. Cassio denunciou tal ilícito a Mário, delegado de polícia, que, por sua vez, relatou os fatos a Plínio, promotor de justiça, que concluiu que seria o caso de dissolver a Associação. Segundo a Constituição Federal, a dissolução compulsória da Associação
- (A) deve ser decidida por Plínio e executada por Cassio, independentemente de ordem judicial.
  - (B) só poderá ocorrer por decisão judicial, exigindo-se o trânsito em julgado.
  - (C) cabe a Cassio, mediante a impetração de mandado de injunção.
  - (D) deve ser executada por Mario a mando de Plínio, independentemente de ordem judicial.
  - (E) cabe a Plínio, mediante a impetração de mandado de injunção.
- 
22. Américo tentou obter conhecimento das informações armazenadas a seu respeito no banco de dados da Câmara dos Deputados, o que lhe foi negado. No caso, segundo a Constituição Federal, para conhecer das informações, Américo deverá
- (A) impetrar *habeas-data*.
  - (B) impetrar mandado de segurança.
  - (C) propor ação popular.
  - (D) propor ação originária no Supremo Tribunal Federal.
  - (E) propor ação ordinária no Supremo Tribunal Federal.
- 
23. Alberto, reconhecidamente pobre na forma da lei, necessita obter a sua certidão de nascimento e a certidão de óbito do seu pai, Ataulfo, que acabara de falecer. Segundo a Constituição Federal, o Cartório de Registro Civil competente deverá fornecer, em regra,
- (A) onerosamente o registro civil de nascimento de Alberto e gratuitamente a certidão de óbito de Ataulfo, mediante o pagamento de vinte reais para cada certidão.
  - (B) gratuitamente o registro civil de nascimento de Alberto e onerosamente a certidão de óbito de Ataulfo.
  - (C) gratuitamente as certidões de registro civil de nascimento de Alberto e de óbito de Ataulfo.
  - (D) as certidões de nascimento e óbito mediante o pagamento de taxa simbólica de cinco reais para cada certidão.
  - (E) as certidões de nascimento e óbito mediante o pagamento de taxa simbólica de dois reais para cada certidão.
- 
24. Roberto, artista plástico, retratou em quadro a realidade de determinada comunidade carente do país. Segundo a Constituição Federal, Roberto poderá exibir sua obra de arte
- (A) mediante prévia autorização do Poder Judiciário de onde estiver localizada a comunidade retratada.
  - (B) mediante prévio preenchimento de requerimento de inscrição e de exibição no cadastro nacional de obras de arte.
  - (C) mediante prévia autorização do Poder Executivo de onde estiver localizada a comunidade retratada.
  - (D) mediante prévia autorização do Poder Legislativo de onde estiver localizada a comunidade retratada.
  - (E) independentemente de censura e de licença da autoridade pública.
- 
25. Péricles, português residente há mais de um ano ininterrupto no Brasil e com idoneidade moral, Pompeu, grego naturalizado brasileiro, Cipriano, inglês residente no Brasil há quinze anos ininterruptos e sem condenação criminal, Alexandre, nascido no Brasil e filho de pais franceses a serviço da França, e Tibério, nascido na Bélgica e filho de pai brasileiro a serviço da República Federativa do Brasil, foram cogitados para ocupar cargo de Ministro de Estado da Defesa do Brasil. Nesse caso, segundo a Constituição Federal, o cargo só poderá ser ocupado por
- (A) Tibério.
  - (B) Pompeu.
  - (C) Cipriano.
  - (D) Péricles.
  - (E) Alexandre.



26. Átila, que não é titular de mandato eletivo e nem é candidato à reeleição, é filho adotivo de Eulália, Governadora do Estado de São Paulo em exercício, e deseja concorrer ao cargo de Prefeito do Município de São Paulo. Segundo a Constituição Federal, Átila, em regra, é
- (A) elegível, desde que esteja filiado ao mesmo partido político de Eulália.
  - (B) elegível, desde que esteja filiado a partido político distinto de Eulália.
  - (C) elegível, desde que autorizado previamente pelo Tribunal Regional Eleitoral.
  - (D) elegível, desde que sua candidatura seja previamente autorizada por Eulália.
  - (E) inelegível.

27. Determinado partido político deseja se utilizar de organização paramilitar no combate ao nepotismo e à corrupção, cuja utilização, segundo a Constituição Federal, é
- (A) lícita, mediante prévia consulta popular através de plebiscito.
  - (B) lícita, mediante prévio registro no Superior Tribunal Eleitoral.
  - (C) lícita, mediante prévia autorização do Senado Federal.
  - (D) vedada.
  - (E) lícita, mediante prévia autorização das Forças Armadas.

### Noções de Direito Eleitoral

28. Paulo é Desembargador do Tribunal de Justiça de um dos Estados da Federação. Em razão de seu cargo, Paulo poderá vir a integrar o Tribunal
- (A) Superior Eleitoral, apenas.
  - (B) Regional Eleitoral do respectivo Estado, apenas.
  - (C) Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.
  - (D) Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais de qualquer Estado da Federação.
  - (E) Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e as Juntas Eleitorais de qualquer Estado da Federação.

29. Responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político e aprovar a divisão dos Estados em Zonas Eleitorais incluem-se dentre as atribuições
- (A) dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente.
  - (B) dos Tribunais Regionais Eleitorais.
  - (C) do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.
  - (D) do Tribunal Superior Eleitoral.
  - (E) dos Tribunais Regionais Eleitorais e das Juntas Eleitorais, respectivamente.

30. Ângelo é escrivão de polícia, Pedro é técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, Lúcio é professor da rede estadual de ensino aposentado e Maria é professora efetiva da rede municipal de ensino. Preenchidos os demais requisitos legais, poderão ser nomeados membro das Juntas Eleitorais, escrutinador ou auxiliar:
- (A) Pedro e Maria.
  - (B) Ângelo e Pedro.
  - (C) Ângelo e Maria.
  - (D) Pedro e Lúcio.
  - (E) Lúcio e Maria.

31. Serão realizadas, simultaneamente, as eleições para
- (A) Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.
  - (B) Presidente e Vice-Presidente da República, Prefeito e Vice-Prefeito.
  - (C) Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador.
  - (D) Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador.
  - (E) Governador e Vice-Governador de Estado, Deputado Estadual e Vereador.



32. Augustus é candidato a Prefeito Municipal pela coligação integrada pelos partidos Alpha, Beta e Gama, com a denominação "Augustus para o bem de todos". Os partidos Alpha e Beta celebraram coligação para Vereador, com a denominação "Vote só nos candidatos dos partidos Alpha e Beta", sendo que o partido Gama preferiu lançar candidatos próprios para a eleição proporcional. Nesse caso,
- (A) as duas coligações podem ser formadas, mas não podem ter as denominações que lhes foram dadas.
  - (B) as duas coligações podem ser formadas e podem ter as denominações que lhes foram dadas.
  - (C) a coligação para a eleição proporcional não pode ser formada, porque não inclui todos os partidos que compõe a coligação para a eleição majoritária.
  - (D) a coligação para as eleições majoritárias não pode ser formada, porque inclui mais partidos do que os que compõem a coligação para a eleição proporcional.
  - (E) a coligação para a eleição majoritária pode ser formada e ter a denominação que lhe foi dada, sendo que a coligação para a eleição proporcional pode ser formada, mas não pode ter a denominação que lhe foi dada.
- 
33. As convenções partidárias para escolha de candidatos
- (A) não poderão, por falta de atribuição legal, deliberar sobre coligações.
  - (B) poderão ser realizadas gratuitamente em prédios públicos, responsabilizando-se os partidos políticos pelos danos causados com a realização do evento.
  - (C) poderão ser substituídas por indicações do órgão de direção nacional.
  - (D) deverão ser feitas no período de 02 a 12 de julho do ano em que se realizarem as eleições.
  - (E) não terão suas deliberações lançadas em ata em livro aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral, em razão do princípio da autonomia partidária.
- 
34. Numa unidade da federação, o número de vagas a preencher para a Câmara dos Deputados não excede de vinte. Formaram-se duas coligações, uma com dois e outra com três partidos políticos. Essas coligações poderão registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual até o
- (A) número das respectivas vagas.
  - (B) dobro das respectivas vagas.
  - (C) dobro e o triplo das vagas, respectivamente.
  - (D) dobro das respectivas vagas, com acréscimo de até mais cinquenta por cento.
  - (E) quántuplo das respectivas vagas.
- 
35. A criação de partidos políticos é livre, inclusive se os respectivos programas não respeitarem
- (A) a soberania nacional.
  - (B) a posição dominante no Congresso Nacional.
  - (C) o regime democrático.
  - (D) o pluripartidarismo.
  - (E) os direitos fundamentais da pessoa humana.
- 
36. João resolveu desligar-se do partido político ao qual estava filiado e fez comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que estava inscrito. O vínculo torna-se extinto, para todos os efeitos, quando
- (A) lhe for comunicado o deferimento do desligamento pelo órgão municipal do partido.
  - (B) for publicado o deferimento do pedido pelo Juiz Eleitoral.
  - (C) for deferido o desligamento pelo órgão de direção municipal do partido.
  - (D) ocorrer o trânsito em julgado da decisão judicial que deferir o desligamento.
  - (E) se escoar o prazo de dois dias contados da data da entrega da comunicação.
- 
37. A respeito do alistamento e do voto, considere:
- I. Não podem alistar-se eleitores os que não saibam exprimir-se na língua nacional.
  - II. O alistamento é obrigatório para os inválidos.
  - III. O voto não é obrigatório para os que se encontrarem fora do seu domicílio.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
  - (B) I e II.
  - (C) II e III.
  - (D) I.
  - (E) II.

**Noções de Direito Administrativo**

38. Claudio é parte em determinado processo administrativo, sendo seus direitos atingidos por decisão administrativa proferida pela Administração Pública Federal. Contra a referida decisão, Claudio interpôs recurso administrativo, sem, no entanto, prestar caução. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,
- (A) Claudio não é legitimado para interpor o recurso administrativo, sendo assim, pouco importa a discussão atinente à caução.
  - (B) a caução é sempre necessária à interposição do recurso administrativo, motivo pelo qual o recurso será considerado deserto.
  - (C) a interposição de recurso administrativo independe de caução, salvo exigência legal nesse sentido.
  - (D) a caução jamais será necessária à interposição do recurso administrativo, pois, do contrário, caracterizaria exigência contrária aos princípios do processo administrativo.
  - (E) a exigência de caução é ato discricionário da Administração Pública; logo, é ela quem decidirá acerca da necessidade ou não de sua prestação.
- 
39. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, dar-se-á o integral ressarcimento do dano ao erário, se houver lesão ao patrimônio público por conduta
- (A) comissiva ou omissiva, exclusivamente dolosa, praticada por agente público ou terceiro.
  - (B) exclusivamente omissiva e dolosa, praticada tão somente por agente público.
  - (C) exclusivamente comissiva e culposa, praticada por agente público ou terceiro.
  - (D) comissiva ou omissiva, dolosa ou culposa, praticada por agente público ou terceiro.
  - (E) exclusivamente comissiva, dolosa ou culposa, praticada tão somente por agente público.
- 
40. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório
- (A) aplica-se somente aos licitantes, vez que estes não podem deixar de atender os requisitos do instrumento convocatório.
  - (B) é princípio básico das licitações, no entanto, sua inobservância não enseja a nulidade do procedimento licitatório.
  - (C) tem por objetivo evitar que a Administração Pública descumpra as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
  - (D) permite à Administração Pública, excepcionalmente, aceitar proposta com eventual inobservância às condições estabelecidas no edital, desde que mais favorável ao interesse público.
  - (E) não está expressamente previsto na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), porém caracteriza-se como um dos mais importantes princípios das licitações.
- 
41. A lei permite a remoção *ex officio* de um funcionário para atender a necessidade do serviço público. Mauro, servidor público, praticou determinada infração e a Administração Pública utilizou a remoção como forma de punição. Nesse caso,
- (A) há violação à finalidade do ato administrativo.
  - (B) inexistente vício de finalidade no ato administrativo.
  - (C) há vício de competência no ato administrativo.
  - (D) há vício no motivo do ato administrativo.
  - (E) não há qualquer ilegalidade, ou seja, pode o ato administrativo ser mantido pela Administração.
- 
42. Analise as assertivas abaixo concernentes ao poder de polícia.
- I. O poder de polícia só poderá reduzir os direitos individuais quando em conflito com interesses maiores da coletividade e na medida estritamente necessária à consecução dos fins estatais.
  - II. Constituem meios de atuação do poder de polícia, dentre outros, as medidas repressivas, como, por exemplo, dissolução de reunião, interdição de atividade e apreensão de mercadorias deterioradas.
  - III. A medida de polícia, quando discricionária, não esbarra em algumas limitações impostas pela lei, como por exemplo, no que concerne à competência e à finalidade.
  - IV. O poder de polícia tanto pode ser discricionário, como vinculado, ressaltando-se que ele é vinculado na maior parte dos casos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) I e IV.
  - (D) III e IV.
  - (E) I e II.



43. No que diz respeito ao poder disciplinar, a apuração regular de infração disciplinar e a motivação da punição disciplinar são, respectivamente,
- (A) indispensável para a legalidade da punição interna da Administração e prescindível para a validade da pena, em razão da discricionariedade do poder disciplinar.
  - (B) faculdade da Administração Pública, em razão da discricionariedade presente no poder disciplinar e imprescindível para a validade da pena.
  - (C) indispensável para a legalidade da punição interna da Administração e imprescindível para a validade da pena.
  - (D) faculdade da Administração Pública, em razão da discricionariedade presente no poder disciplinar e prescindível para a validade da pena, vez que a motivação tanto pode ser resumida, como suprimida em alguns casos.
  - (E) dispensável para a aplicação de penalidade, se houver prova contundente acerca do cometimento da infração e imprescindível para a validade da pena.
- 
44. O Estado do Ceará pretende realizar procedimento licitatório na modalidade concurso, para a escolha de trabalho científico. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o edital deverá ser publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de
- (A) 30 dias.
  - (B) 45 dias.
  - (C) 10 dias.
  - (D) 15 dias.
  - (E) 40 dias.
- 
45. Analise as assertivas abaixo atinentes aos atos administrativos denominados "gerais ou normativos".
- I. São atos administrativos com finalidade normativa, alcançando todos os sujeitos que se encontrem na mesma situação de fato abrangida por seus preceitos.
  - II. Expressam em minúcias o mandamento abstrato da lei, embora sejam manifestações tipicamente administrativas.
  - III. A essa categoria pertencem, dentre outros, os decretos regulamentares e os regimentos.
  - IV. Embora estabeleçam regras gerais e abstratas de conduta, não são leis em sentido formal; logo, não estão necessariamente subordinados aos limites jurídicos definidos na lei formal.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) I e IV.
  - (D) II e III.
  - (E) I, II e IV.
- 

### Noções de Administração Pública

46. A inclusão e incorporação à gestão pública de características como competição na prestação de serviços, perspectiva de empreendedorismo, descentralização, ênfase no resultado e orientação para o mercado é conhecida como
- (A) Administração pública societal.
  - (B) Governança corporativa.
  - (C) Racional-legal.
  - (D) Pós-burocrática.
  - (E) Gestão da qualidade total.
- 
47. A busca pela capacidade de promover a sintonia entre os governos e as novas condições socioeconômicas, políticas e culturais, em que a competição inter-regional, ou interurbana configura-se, entre outras, através de construção por meio de parcerias com empresas de ambientes urbanos dotados de opções de consumo turístico-cultural, centro de convenções, estádios ou parques esportivos, hotéis de lazer, marinas, centros culturais urbanos, bem como investimentos objetivando prover a cidade com aeroportos e sistema de comunicações modernos, centros bancários e financeiros, centros de treinamento, escolas de negócios e informática e distritos industriais com tecnologia de ponta, são características de
- (A) novas lideranças.
  - (B) *Public Service Orientation*.
  - (C) competências Essenciais.
  - (D) empreendedorismo governamental.
  - (E) gestão patrimonialista.
-



48. As organizações humanas formais, sejam privadas ou públicas, representam uma espécie de arranjo entre as variáveis, objetivos, atividades e recursos, num processo de gestão conhecido como planejamento, organização, direção e controle, em que os paradigmas ou modelos de gestão são decididos e implantados para fazer funcionar a organização. A obtenção de recursos para sustentar o funcionamento da organização privada difere das organizações públicas devido
- (A) ao uso intenso da vantagem competitiva da preferência do consumidor.
  - (B) ao poder de barganha dos fornecedores.
  - (C) ao poder de barganha dos clientes-cidadãos.
  - (D) à diferenciação do negócio de serviço público.
  - (E) à liderança em Custos dos entes públicos.
- 
49. O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização criado em 2005 com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos brasileiros e para o aumento da competitividade do país, utiliza-se de um conjunto de tecnologias de gestão como cartas de serviços, pesquisas de satisfação, indicadores de desempenho, gestão de processos e avaliação do nível de gestão, tendo por referência principal o Modelo de Excelência em Gestão Pública. Uma dessas ferramentas da Gestão da Qualidade Total está voltada para a melhoria contínua, ou kaizen, e representa uma sequência que inicia em planejar uma melhoria ou mudança em algum processo da organização, para ganhar em desempenho ou resolver determinado problema. Colocada em prática, averigua-se os resultados da implementação e atua-se na correção de desvios ou reforça-se aspectos corretos da medida. A ferramenta comentada é conhecida por
- (A) diagrama de Deming.
  - (B) diagrama de Ishikawa.
  - (C) ciclo PDCA.
  - (D) gráfico de controle ou de dispersão.
  - (E) gráfico de Pareto.
- 
50. O Modelo de Excelência em Gestão Pública adotado pelo governo federal é composto por critérios que juntos compõem um sistema de gestão para as organizações do setor público brasileiro. Esses critérios incluem os citados, com EXCEÇÃO de:
- (A) Liderança.
  - (B) Diferenciação do Produto.
  - (C) Estratégia e Planos.
  - (D) Resultados.
  - (E) Informação e Conhecimento.
- 
51. Na chamada Nova Gestão Pública há três principais vertentes, ou correntes conceituais importantes, as quais possuem vários traços em comum como, por exemplo, uma ênfase significativa nos resultados da ação governamental, ou seja, um deslocamento do foco nos processos para enfatizar os resultados. Uma delas tem sido denominada como um "neotaylorismo", isto é, uma proposta calcada na busca da produtividade e na implantação do modelo de gestão da empresa privada no setor público, outra busca a flexibilização da gestão pública, em que se observa a passagem da lógica do planejamento para a lógica da estratégia e nesta são levadas em conta as relações entre os atores envolvidos em cada política, de modo a montar cenários que permitam a flexibilidade necessária para eventuais alterações nos programas governamentais. A terceira utiliza-se de conceitos como *accountability*, transparência, participação política, equidade e justiça, em que é preciso que no processo de aprendizado social na esfera pública se consiga criar uma nova cultura cívica, que congregue políticos, funcionários e cidadãos. Esta última corrente é conhecida como
- (A) *Balanced Scorecard* – BSC.
  - (B) *Activity Based Management* – ABM.
  - (C) Consumerismo.
  - (D) Gerencialismo Puro.
  - (E) *Public Service Orientation* – PSO.
- 
52. A administração pública gerencial constitui um avanço e afirma-se que deve ser permeável a maior participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil e deslocar a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins), em que o beneficiário seja o cidadão. Esse deslocamento de foco caracteriza o paradigma na gestão pública, conhecido como
- (A) burocrático.
  - (B) do cliente.
  - (C) do acionista.
  - (D) do processo.
  - (E) estratégico.
- 
53. Conforme Resolução nº 394/2010 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, o Mapa Estratégico da Justiça Eleitoral, deve conter a sua missão, visão, valores e objetivos estratégicos, sendo que para esses últimos, necessitam-se de
- (A) projetos, programas e atividades específicas.
  - (B) fatores-chave de desempenho.
  - (C) indicadores de resultado.
  - (D) indicadores de desempenho.
  - (E) metas de longo prazo, apenas.

**Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais**

54. A Lei nº 11.416/2006 estabeleceu que os órgãos do Poder Judiciário da União fixarão em ato próprio a lotação dos cargos efetivos, das funções comissionadas e dos cargos em comissão nas unidades componentes de sua estrutura. A referida Lei
- (A) vedou expressamente qualquer espécie de alteração, exclusão ou transformação de funções comissionadas e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal.
  - (B) não autorizou os mencionados órgãos a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, as funções comissionadas e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal.
  - (C) autorizou os mencionados órgãos a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, as funções comissionadas e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal, inclusive a transformação de função em cargo ou vice-versa.
  - (D) autorizou os mencionados órgãos a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, apenas 50% das funções comissionadas e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal, inclusive a transformação de função em cargo ou vice-versa.
  - (E) autorizou os mencionados órgãos a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, as funções comissionadas e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal, sendo vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

55. Considere as assertivas abaixo a respeito das funções comissionadas de natureza gerencial.

- I. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas obrigatoriamente por servidores com formação superior.
- II. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.
- III. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que não haja vínculo de subordinação e poder de decisão, sendo suas funções especificadas em regulamento.

De acordo com a Lei nº 11.416/2006 está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) I e II.
  - (D) II e III.
  - (E) III.
56. Gioconda Monalisa é técnica judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, exercendo cargo efetivo. Apesar de não exigido para o exercício do cargo de técnico, Gioconda Monalisa é graduada pela Universidade X no curso de Direito (não possuindo especialização, mestrado ou doutorado). Neste caso, de acordo com a Lei nº 11.416/2006, com relação ao adicional de qualificação – AQ ela
- (A) não terá direito uma vez que este adicional é devido somente para cargo em comissão.
  - (B) terá direito na proporção de 5% sobre seu vencimento básico.
  - (C) terá direito na proporção de 2,5% sobre seu vencimento básico.
  - (D) não terá direito por ausência de previsão legal.
  - (E) terá direito na proporção de 1,5% sobre seu vencimento básico.

57. Caroline, servidora pública efetiva, é candidata a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerce cargo de direção. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, Caroline
- (A) será afastada do cargo público que exerce, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
  - (B) não será afastada do cargo público que exerce até a proclamação final do resultado das eleições na qual ela é candidata.
  - (C) será afastada do cargo público que exerce, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até a proclamação final do resultado das eleições.
  - (D) será afastada do cargo público que exerce, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o dia seguinte ao do pleito.
  - (E) será afastada do cargo público que exerce, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o dia do pleito.



58. Segundo o art. 104 da Lei nº 8.112/1990 “é assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo”. A respeito do Direito de Petição, considere:
- I. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.
  - II. Caberá das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
  - III. O direito de requerer prescreve em três anos quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
  - IV. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
  - (B) I e II.
  - (C) III e IV.
  - (D) I, II e III.
  - (E) I, II e IV.
- 
59. Liliane e Teresa são técnicas judiciárias do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará. No exercício do cargo, Liliane praticou usura e Teresa procedeu de forma desidiosa. Considerando que ambas não possuem qualquer infração administrativa constante nos seus prontuários, segundo a Lei nº 8.112/1990, Liliane e Teresa estão sujeitas a penalidade de
- (A) advertência.
  - (B) suspensão.
  - (C) demissão.
  - (D) demissão e suspensão, respectivamente.
  - (E) suspensão e demissão, respectivamente.

60. Considere:

- I. Cleópatra, técnica judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará foi demitida em razão da prática de ato de improbidade devidamente comprovado.
- II. Afrodite, auxiliar judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará foi demitida por incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.
- III. Minotauro, funcionário público no exercício de cargo em comissão no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará foi destituído do cargo pela prática de crime contra a administração pública.

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, NÃO poderá retornar ao serviço público federal

- (A) Minotauro, apenas.
- (B) Cleópatra, Afrodite e Minotauro.
- (C) Cleópatra, apenas.
- (D) Cleópatra e Minotauro, apenas.
- (E) Cleópatra e Afrodite, apenas.



## PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

### Instruções:

Conforme Edital deste Concurso, item 5 do **Capítulo X. Da Prova Discursiva – Redação**, será atribuída nota ZERO, dentre outros itens, à redação que:

- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

A redação deverá ter a extensão mínima de 20 e máxima de 30 linhas, considerando-se letra de tamanho regular.

Escolha UMA (**apenas uma**) das seguintes propostas para a sua redação e identifique na Folha de Redação o número da proposta escolhida.

### PROPOSTA 1

*Na abertura da conferência internacional **Turismo: desenvolvimento, inclusão social e integração regional**, realizada nos dias 28 e 29 de novembro de 2011, em Fortaleza, CE, o secretário-geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), Taleb Rifai, citou o desenvolvimento que o Brasil tem apresentado no turismo e alertou para a importância da conscientização com relação ao papel do setor na inclusão social e na construção de um futuro sustentável. Para Rifai, o turismo de um país só ganha importância quando seus cidadãos têm a oportunidade de conhecer e usufruir o que seu país tem de melhor.*

(Adaptado de [www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/20111128.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20111128.html))

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

#### **Turismo: desenvolvimento econômico e inclusão social**

### PROPOSTA 2

*No Brasil, como em praticamente todo o mundo, o envelhecimento gradativo da população parece um processo sem volta. Se não há como não saudar essa conquista da humanidade e enaltecer os seus frutos, é preciso reconhecer que o aumento da expectativa de vida traz enormes desafios a todas as gerações. A qualidade de vida na velhice e o equilíbrio entre trabalho e aposentadoria são apenas dois dos temas mais polêmicos no centro de um debate que deve se estender ainda por muitos e muitos anos.*

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

#### **Os benefícios e os desafios que o aumento da longevidade traz aos indivíduos e à sociedade**

